

FUNDAÇÃO DOM CABRAL



DESENVOLVIMENTO DE EXECUTIVOS E EMPRESAS

CADERNO DE IDEIAS

CI1012



WORLD COMPETITIVENESS YEARBOOK 2010: ESTARIA O BRASIL NO CAMINHO DA ESTABILIDADE?

CARLOS ARRUDA
MARINA ARAÚJO
ARTHUR KUX

A Fundação Dom Cabral é um centro de desenvolvimento de executivos e empresas que há mais de 30 anos pratica o diálogo e a escuta comprometida com as organizações, construindo com elas soluções educacionais integradas. É orientada para formar equipes que vão interagir crítica e estrategicamente dentro das empresas.

Depois de formar milhares de executivos, em constante integração com as empresas, a FDC tornou-se referência nacional em seu setor, participando da melhoria do nível gerencial e do desenvolvimento empresarial brasileiro. Circulam, anualmente, pelos seus programas abertos e fechados perto de 20 mil executivos de empresas de médio e grande portes.

A sinergia com as empresas é resultado da conexão que faz entre a teoria e a prática de efetivas tecnologias de gestão. Essa prática é reforçada pelo trabalho interativo de sua equipe técnica, que combina formação acadêmica com experiência empresarial. Nos Núcleos de Desenvolvimento do Conhecimento (Núcleo Andrade Gutierrez de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa, Núcleo CCR de Governança Corporativa, Competitividade, Núcleo de Desenvolvimento de Liderança, Núcleo de Empreendedorismo, Núcleo de Gestão Empresarial, Núcleo de Negócios Internacionais e Núcleo de Inovação) são produzidas pesquisas e outros trabalhos que dão sustentação aos programas da FDC, traduzindo seus avanços como instituição geradora de conhecimento.

Suas soluções educacionais combinam:

Desenvolvimento Empresarial

Soluções construídas na perspectiva do cliente, aliando conteúdo a estratégia e necessidade das empresas. Atendem públicos dos diversos níveis funcionais, possibilitando o aprendizado coletivo e a formação de massa crítica na busca de resultados para a empresa. O grande diferencial dos programas é valorizar e potencializar o conhecimento existente na própria empresa.

Desenvolvimento do Gestor

Com foco no desenvolvimento do indivíduo e na sua atuação na empresa, muitos programas são realizados em parceria com escolas internacionais e abordam temas de gestão geral e específicos. Propiciam a aplicação prática de conceitos, desenvolvendo no indivíduo a capacidade de aprender fazendo.

Pós-Graduação

Fundamentam-se na perspectiva da educação continuada, centrada na realidade empresarial e voltada para o crescimento do indivíduo como pessoa e gestor. Contemplam níveis diversos de formação de Especialização a Mestrado e se complementam de forma conveniente aos participantes.

Parcerias Empresariais

A FDC estimula a troca de experiências entre e intra-empresas, conciliando, de forma estratégica, conceitos e práticas que possibilitam a aprendizagem coletiva e a busca compartilhada de soluções.

CI 1012

World Competitiveness Yearbook 2010: Estaria o Brasil no caminho da estabilidade?

Autores:

Carlos Arruda

Professor da FDC

Marina Araújo

Pesquisadora da FDC

Arthur Kux

Pesquisador da FDC

2010

FDC

CI 1012

Projeto gráfico

Célula de Edição de Documentos

Revisão

Célula de Edição de Documentos

Revisão técnica

Teresa Goulart

Assessoria editorial

Centro de Informações

Supervisão de editoração

José Ricardo Ozólio

Impressão

Fundação Dom Cabral



Reproduções integrais ou parciais deste relatório somente com a autorização expressa da FDC. É permitida a citação de dados, tabelas, gráficos e conclusões, desde que indicada a fonte.

Para baixar a versão digital desta e de outras publicações de temas relacionados à Gestão Empresarial, acesse a Sala do Conhecimento da Fundação Dom Cabral através do link http://www.fdc.org.br/pt/sala_conhecimento

Copyright© 2007, Fundação Dom Cabral. Para cópias ou permissão para reprodução, contatos pelo telefone 55 31 3589-7413 ou e-mail: stela@fdc.org.br. Esta publicação não poderá ser reproduzida sem a permissão da FDC.

Sumário

World Competitiveness Yearbook 2010: Estaria o Brasil no caminho da estabilidade?.....	5
Top 10.....	7
Os destaques do Relatório.....	9
Os PIIGS.....	12
Testando as pressões da dívida orçamentária – o Debt Stress Test.....	14
A competitividade da América Latina em 2010.....	19
Seria o Brasil um país estável?.....	22
Conclusões.....	33

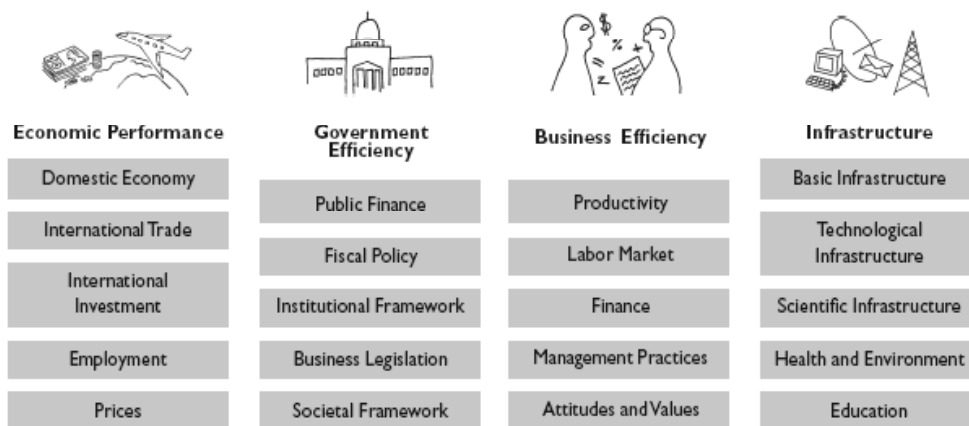


Figura 1: O *World Competitiveness Yearbook* e seus pilares
 Fonte: IMD, 2010.

Top 10

A listagem das dez nações mais competitivas, segundo dados do Relatório, traz novidades. Os Estados Unidos, pela primeira vez em muitos anos, perderam a primeira posição entre os países mais competitivos do mundo para Singapura e Hong Kong, passando agora a ocupar a terceira posição no ranking geral. Essa mudança só veio a confirmar a aproximação em termos relativos da competitividade desses três países apontada nos últimos anos pelo estudo. Numa análise temporal, essas três nações já apresentavam um estreitamento do escore geral (valor absoluto da competitividade) e, dada a perda de competitividade por parte dos EUA em algumas de suas plataformas, esses países asiáticos vieram a alcançar as primeiras posições.

A citada aproximação ou estreitamento do indicador absoluto de competitividade de Singapura e Hong Kong não se deve exclusivamente à perda competitiva norte-americana. Delicado também seria fazer afirmações acerca dos reais ganhos de competitividade das outras duas nações. Na realidade, dentro do escopo deste estudo, acredita-se num processo misto, em que a perda da soberania competitiva dos EUA veio ao longo do tempo sendo acompanhada por incrementos da competitividade das nações do Leste Asiático. A seguir, os dez primeiros lugares do ranking geral de competitividade do IMD para o ano de 2010:

TABELA 1
As dez primeiras posições do WCY 2010

Countries	2010
(3) SINGAPORE 1	100,000
(2) HONG KONG 2	99,357
(1) USA 3	99,091
(4) SWITZERLAND 4	96,126
(7) AUSTRALIA 5	92,172
(6) SWEDEN 6	90,893
(8) CANADA 7	90,459
(23) TAIWAN 8	90,441
(11) NORWAY 9	89,987
(18) MALAYSIA 10	87,228

Fonte: WCY, 2010.

É interessante observar que a maior perda competitiva dos EUA está no fator eficiência do governo (de 20º lugar geral em 2009 para 22º colocado em 2010). Nos outros pilares, o país se manteve constante ou até ganhou posições, como em eficiência dos negócios, que passou da 16ª para a 13ª posição em 2010, puxado, principalmente, pelo subfator práticas de gestão (que subiu da 34ª para a 18ª posição).

Cingapura, primeiro colocado no ranking geral no ano de 2010, melhorou a sua performance econômica, passando da oitava para a quinta posição. O país também ganhou posições no pilar eficiência dos negócios, passando da quarta para a primeira posição, puxado, principalmente, por aumentos de eficiência e produtividade (da 24ª para a 17ª posição). A fragilidade do país parece estar no pilar infraestrutura, que caiu da oitava para a 11ª posição em 2010. Tal queda parece estar relacionada aos fatores da infraestrutura básica, mais especificamente em relação aos investimentos do país em telecomunicações (em relação ao PIB). Não somente pela ausência de investimentos suficientes para a demanda do país, esse não conseguiu acompanhar o ritmo de investimento mundial – fato que veio colaborar para a perda de posições relativas do país no referido pilar. Para além, os dados indicam uma necessidade de o país investir mais em educação e saúde. Ocupando a 52ª e a 56ª posição nos referidos pilares, o mau posicionamento é bastante justificado pelos baixos investimentos do país nessas mesmas áreas.

Já Hong Kong destaca-se por ocupar, no ano de 2010, o primeiro lugar no pilar eficiência do governo. A fragilidade do país parece estar ligada ao pilar infraestrutura (que caiu da 19ª para a 23ª posição). Com perdas consecutivas desde 2006, quando ocupava a 14ª posição, um país líder em tecnologia e comércio internacional necessita de estruturas adequadas para a sua produção.

A listagem do Top 10 incrementa a discussão da liderança competitiva. O deslocamento do eixo competitivo mundial – antes concentrado nos EUA e na Europa – agora parece olhar para outros lados. Das dez nações mais competitivas, sete são não europeias. Dessas, quatro possuem origem asiática. Nesses movimentos, ainda se destaca o deslocamento de países como Dinamarca, Finlândia e Holanda da listagem e a entrada de Taiwan e Malásia entre os dez países mais competitivos.

Os destaques do Relatório

O ano de 2010 foi marcado por grandes variações de posicionamento das nações participantes do estudo. Com variações de posicionamentos que ultrapassam a casa de 15 colocações, o estudo apresenta alguns movimentos ainda não tão claros. No que tange às perdas, destacaram-se Eslovênia (-20 posições), República Eslovaca (-16), Bulgária (-15), Lituânia (-12), Finlândia e Japão (ambos com perdas de dez posições). Por outro lado, algumas nações galgaram importantes colocações, como Taiwan (+20 posições), Polônia (+12) e Itália (+10).

Dentre os que mais perderam posições, a Finlândia deixou a listagem do Top 10 (passou da nona para a 19ª posição), e um dos fatores que mais colaboraram para essa perda está ligado à queda de desempenho do pilar performance econômica. Dados que corroboram isso estão ligados ao baixo crescimento econômico do país (crescimento do PIB no ano de 2009 de -7,8% e crescimento do PIB *per capita* de -8,21%). De acordo com o Banco Central Finlandês, em 2010 o país não irá mais sofrer quedas no PIB, mas também não vai crescer significativamente. Estima-se que o país cresça 1,1% em 2010 e 1,5% em 2011. A fragilidade da economia do país se deve ao seu limitado mercado interno e à alta dependência da economia relativamente aos movimentos do mercado externo, fazendo o país mais vulnerável às flutuações da economia mundial. Com a crise, as exportações, que eram responsáveis por mais da metade do PIB, passaram a representar apenas 35%. Com isso, o país teve um grande aumento de desemprego, agravado, segundo os executivos do país, pelo alto custo de sua mão de obra e pela baixa atratividade do país à mão de obra estrangeira.

A Dinamarca foi outro país que caiu muitas posições no Relatório deste ano, saindo da quinta para a 13ª posição. A performance econômica do país caiu da 23ª para a 30ª colocação. Isso se deve a vários fatores, como retração de -4,8% em seu PIB, devido, principalmente, à queda das exportações do país com a crise econômica, acompanhada de desemprego, que passou de 3,3% para 6,0% de sua força de trabalho. Para se ter uma ideia, o subfator emprego caiu da oitava para a 26ª posição. Além dos problemas acima citados, o país tem um dos maiores custos de vida do mundo (53ª posição) e é o que cobra mais impostos, ficando em último lugar nesse quesito. A eficiência das empresas também perdeu posições consideráveis, indo da segunda para a 11ª posição. O subfator que mais caiu foi o mercado de trabalho, que foi da 13ª para a 37ª colocação. Isso se deve ao alto custo da mão de obra e à baixa atratividade do país de mão de obra qualificada.

Dentre os países que mais ganharam posições, é interessante observar os movimentos de Taiwan, que subiu 15 posições e passa a ser o oitavo colocado, e Malásia, que melhorou oito colocações e passa a ocupar a décima colocação. Além desses, Noruega subiu duas posições e passou para a nona colocação.

Taiwan havia caído dez posições no Relatório de 2009, que, como dito, teve seus dados colhidos em tempos de grande turbulência e incerteza. Como Taiwan é essencialmente exportador, as expectativas eram de que o país sentisse muito os efeitos da crise econômica internacional e, portanto, perdesse várias posições no WCY 2009. Nesse ano, porém, o país voltou aos patamares pré-crise e ainda ganhou mais posições. Isso aconteceu devido a um enorme pacote de incentivos governamentais muito ousados e assertivos, que, além de melhorar o desempenho da nação, fez com que os executivos locais ficassem mais otimistas e confiantes sobre o futuro do país. O país melhorou em todos os pilares, destacadamente no quesito performance econômica, em que saltou da 27ª para a 16ª posição. Nesse pilar, os subfatores que se destacaram foram economia doméstica, que subiu 24 posições, e comércio internacional, que aumentou 20 posições. Eficiência do governo, muito em razão das medidas contra crise, subiu 12 posições, indo da 18ª para a sexta colocação com melhoras significativas em todos os subfatores e ultrapassando a posição que o país tinha antes da crise. Eficiência dos negócios foi da 22ª para a terceira posição, melhorando assim posições, com incrementos em todos os subfatores. Além disso, ultrapassou a melhor marca que já teve no pilar, a sexta posição em 2005. No pilar infraestrutura, o país voltou à 17ª posição pré-crise econômica, mas vale ressaltar que essa posição tende a melhorar nos próximos anos devido aos investimentos anunciados pelo governo.

De acordo com o *The Republic of China Yearbook 2009*, o governo de Taiwan começou a agir ainda em 2008. Em setembro liberou 6,8 bilhões de dólares de suas reservas no mercado. Em dezembro reduziu sua taxa básica de juros de 3,625% para 2,75% para, assim, tentar estimular o crédito. Para evitar o colapso bancário, emprestou 6 bilhões de dólares a seus bancos a uma baixa taxa de juros, assegurou todas as aplicações financeiras do país, que giravam em torno de 665 bilhões de dólares, mudou os prazos para pagamentos de hipotecas de 20 para 30 anos, em coordenação com os bancos, e regulou o mercado de ações, inclusive proibindo vendas em curto prazo em determinado momento. Com seu sistema bancário assegurado, em 2009 o governo de Taiwan lançou uma política fiscal de estímulo no valor de 10 bilhões de dólares, que incluem investimentos em infraestrutura pública, estímulo ao consumo, corte de impostos e programas de emprego. Para estimular seu mercado interno a gastar na crise, o governo deu 2,5 bilhões de dólares em *consumer vouchers*, que nada mais são do que 115 dólares para cada cidadão gastar em algum bem de consumo produzido no país. Estima-se que esse pacote foi responsável por 3% do crescimento do PIB em 2009. É interessante observar também que o governo de Taiwan se aproveitou da crise para lançar um programa de crescimento a longo prazo. Foi aprovado um pacote de 15 bilhões de dólares para ser investido em infraestrutura até 2012; desses, 4,4 foram gastos já em 2009. É estimado que, com esses recursos, mais os que já estavam disponíveis, foram gastos 16 bilhões de dólares em investimentos em infraestrutura apenas no ano passado, aumentando em 22% esse indicador, maior aumento desde 1992.

No Top 10 também se destacou a Malásia, país que ocupou a décima posição e apresentou uma melhora de oito posições com relação a 2009. É interessante observar que esse país não chegou a perder posições com a crise; portanto, essas oito posições acima citadas são ganhos competitivos efetivamente alcançados em 2010, e não ganhos voltados para a recuperação competitiva. No pilar performance econômica, a Malásia se manteve praticamente constante, subiu da nona para a oitava posição. Essa posição é ancorada na diversidade de sua economia, taxa de câmbio favorável, balança de pagamentos sob

Por fim, também se destacou a economia japonesa do WCY 2010. A segunda maior economia mundial perdeu dez posições no último ano, caindo da 17ª para a 27ª posição. O pilar performance econômica foi o que mais caiu, um total de 15 posições, o que resultou uma queda da 24ª para a 39ª posição. As perdas no fator comércio internacional (queda de 16 posições) estão diretamente relacionadas com as perdas competitivas enfrentadas pelas exportações nacionais – ainda muito decorrentes da crise econômica. Outro subfator relevante foi a perda de 20 colocações no quesito produtividade e eficiência, que se coloca como um dos responsáveis pelas cinco posições perdidas no pilar eficiência dos negócios. O Japão perdeu também oito posições no pilar infraestrutura.

Os PIIGS

Bastante noticiado no início do ano de 2010, ganhou destaque a grande crise fiscal de algumas das nações europeias – os chamados PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha). Mas como essa crise afetou a competitividade desses países? Três auferiram ganhos de posições competitivas no ranking geral – Itália com um ganho de dez posições, Grécia com um ganho de seis posições e Espanha com um ganho de três posições. Do outro lado, Portugal (-3 posições) e Irlanda (-2) obtiveram perdas no ano de 2010. Afinal, como essas nações ganharam posições num contexto econômico tão conturbado? Aqui vale a ressalva de que a competitividade vai além do momento político e econômico vivido por um país. O padrão competitivo de um país também dependerá da qualificação da mão de obra dessa nação, da oferta de serviços de educação e saúde adequados ao desenvolvimento do país; da existência de uma infraestrutura científica e tecnológica adequada à inovação. Assim, esses ganhos não sinalizam uma falha do indicador, mas, sim, a compreensão de que competitividade vai além dos fatores econômicos normalmente apontados pelos jornais.

Interessante é perceber que, independentemente dos ganhos ou perdas gerais no ranking, todos esses países passam pelo mesmo contexto quando ao assunto é eficiência do governo. De um lado, tem-se um contexto passado muito marcado pelo desemprego, pela inflação e pelo desaquecimento da economia. Como meio de movimentar a “roda dentada” da economia, o governo injetou muitos recursos na mesma – não somente como meio de se solucionarem os problemas de ordem macroeconômica, mas também como uma forma de se alcançarem os padrões sociais exigidos pela Comunidade Europeia como necessários. Isso resultou num alto endividamento do governo, endividamento com o qual os governos vêm tendo dificuldades de lidar. Enquanto Alemanha e França contam com o seu poderio econômico para combater esse contexto, os PIIGS se veem em meio ao caos

social e enfrentando sérios problemas políticos. A forma de se conter a inflação que atormentava os países europeus foi via políticas contracionistas. Com isso, todo o padrão de investimento social e geração de produto normalmente observado nesses países foi contido. Aliado a isso, ainda se conta com fatores como falta de credibilidade na capacidade de pagamento dessas dívidas por esses países, bem como uma forte redução dos investimentos realizados nessas economias. Assim, o caos social se instalou e a crise se expandiu para o mundo. Outro ponto que vale observar é que, como já mencionado, a coleta de dados do Relatório foi feita de janeiro a março. Portanto, nem todos os efeitos dessa crise ainda foram possíveis de ser captados por ele. A seguir, faremos uma análise mais aprofundada da competitividade de cada país.

Testando as pressões da dívida orçamentária – o Debt Stress Test

A grande novidade deste ano está no *Debt Stress Test*. Ligado aos problemas que hoje abalam a plataforma econômica europeia – e, por consequência, todos os mercados com os quais se relacionam – tal indicador vem trabalhar o alto endividamento desses países e tenta entender como o comprometimento do orçamento pode afetar a economia desses países no longo prazo. Segundo as expectativas do IMD, dado o aumento generalizado dos déficits orçamentais no G20, tem-se uma projeção de que, neste ano, esses países estejam com seus orçamentos comprometidos com o déficit num nível de 106% de seus PIBs. Mais que um problema orçamentário, essa crise implica para as referidas economias um problema de médio prazo, dado que, segundo o IMD, os efeitos dessa crise e da recessão hoje observadas se propagarão por mais algum tempo nos países aqui relacionados.

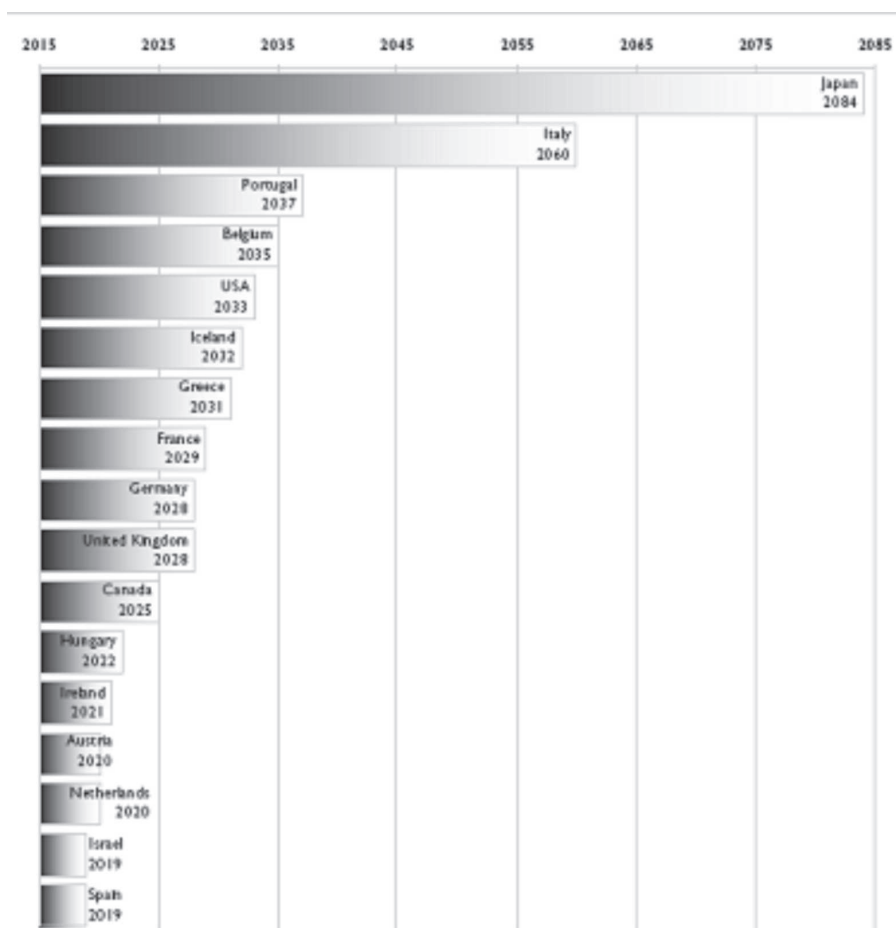


Gráfico 1: Os países com maiores pressões da dívida orçamentária
Fonte: IMD, 2010.

O indicador trata de uma expectativa, estimada pelo IMD, de quanto tempo levará para as principais economias englobadas por este estudo alcançarem patamares de comprometimento do PIB com esses déficits da ordem de 60%. Nessa perspectiva, o Japão, líder da listagem, apresenta-se como a nação que enfrentará maiores problemas com o seu déficit. Na metodologia do indicador, somente em 2084 é que essa nação conseguirá reduzir seu déficit orçamentário para níveis de 60% de comprometimento do PIB. Nessa linha de raciocínio, estão logo atrás do Japão Itália (2060), Portugal (2037) e Bélgica (2035). Ainda nessa listagem estão potências econômicas que, assim como as nações de desenvolvimento econômico tardio, também enfrentam problemas com o déficit orçamentário. França (2029), Alemanha (2028), Reino Unido (2028) e USA (2033) também compõem esse novo indicador.

Apesar de estarem na mesma listagem, o IMD, em sua análise, faz distinção com relação à interpretação que se deve dar a esses dados. Em primeiro lugar, fatores como perfil do endividamento, capacidade de pagamento dessas nações, o *currency risk*, o tamanho das referidas economias e o comportamento da conta corrente nacional devem ser levados em consideração para uma boa interpretação desse indicador. Tal cuidado é importante, pois, apesar de ser comparados num mesmo ranking, cada país possui sua própria capacidade de pagamento de seu déficit. Apesar dos problemas inerentes ao alto endividamento, Alemanha, França e Reino Unido parecem sofrer menos com os impactos desse endividamento do que Grécia, Portugal e Espanha – países economicamente menores e mais vulneráveis.

Também vale destacar o perfil do endividamento japonês, italiano e belgo, que estão mais concentrados em instituições nacionais, diferentemente da Grécia e de Portugal, que estão alavancados por instituições estrangeiras – fato que se agrega ao vulnerável contexto econômico desses países e que aumenta a vulnerabilidade desses aos movimentos do setor produtivo e financeiro.

O Brasil, após anos de políticas restritivas e contracionistas, colhe os frutos de um controle orçamentário rígido. Com déficit que representa 62,79% do PIB, o IMD aposta que em 2015 o país já terá alcançado o perfil ideal de endividamento dos governos. Junto ao Brasil, nesse restrito grupo de países com alta capacidade para atingir o patamar ideal mínimo de endividamento, estão nações como Argentina, Índia e Noruega.

A competitividade dos BRICs em 2010

Os BRICs passam por um interessante comportamento no ano de 2010. China ainda lidera a lista, tendo o melhor desempenho geral e ocupando a 18ª posição. Em segundo lugar, como o vem sendo desde a formação desse grupo, a Índia ocupa o 31º lugar, com perdas por dois anos consecutivos de uma posição. O movimento mais interessante desse grupo está entre Brasil e Rússia. Gigantes econômicos e com muitos problemas de ordem econômica e de eficiência, esses países alternaram por anos consecutivos os últimos dois lugares do ranking – ora Brasil era o último, ora era a Rússia. De 2008 para cá, com os ganhos constantes de competitividade do Brasil, esse vem se consolidando como terceiro lugar no grupo e, mais que isso, se aproximando do posicionamento geral ocupado pelo segundo lugar – Índia. O distanciamento entre Brasil e Rússia, que em 2008 era de apenas quatro posições, hoje representa 13 posições.

TABELA 2
Os BRICs no WCY 2010

	Overall performance		
	2010	2009	2008
Brasil	38	40	43
China	18	20	17
Índia	31	30	29
Rússia	51	49	47

Fonte: IMD, 2010

TABELA 3
Os BRICs no WCY 2010 – análise dos pilares

	Economic Performance			Eficiência do Gov		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Brasil	37	31	41	52	52	51
China	3	2	2	23	15	12
Índia	20	12	18	30	35	23
Rússia	49	49	49	40	39	30
	Ef. dos Negócios			Infraestrutura		
	2101	2009	2008	2101	2009	2008
Brasil	24	27	29	49	46	50
China	28	37	33	31	32	31
Índia	17	11	20	54	57	49
Rússia	53	54	49	38	38	45

Fonte: IMD, 2010.

No que tange à performance econômica, essa continua sendo liderada pelo desempenho da China, que está entre os dez mais nesse pilar. O país se destoa das demais nações por seu alto padrão e potencialidades econômicas – terceiro lugar no ranking geral. O distanciamento entre os demais países é considerável. A Índia ocupa o 20º lugar, seguida do Brasil (37º) e da Rússia (49º). Nesses movimentos, o Brasil foi o país que mais ganhou posições, quatro desde 2008. E a Índia foi o que mais perdeu, duas posições nos últimos dois anos.

No aspecto eficiência do governo, o desempenho chinês não é tão significativo, ocupando o país a 23ª posição. Esse é um dos pilares que mais compromete o desempenho geral do país. O distanciamento entre as demais nações ainda é considerável, sendo que a mesma ordenação apresentada para a performance econômica se mantém. A Índia ocupa o segundo lugar (30ª posição), seguida do Brasil (40ª) e da Rússia (52ª). Numa análise cruzada, a China foi quem perdeu mais posições nesse pilar, oito, quando se compara com seu desempenho em 2009. A Índia e a Rússia também seguem essa trajetória de perdas, cinco e uma posição respectivamente. Nesse caso, mais uma vez, a estabilidade do posicionamento do Brasil, num cenário em que todos estão perdendo posições, mostra-se como fator positivo.

Em eficiência dos negócios, a história parece mudar. Único pilar no qual a China não aparece na primeira posição, esse é liderado pelos indianos, 17º lugar (mesmo se considerando a perda de seis posições no último ano). Ao seu lado está o Brasil, que ocupou no ranking geral a 24ª posição. Vale ressaltar que o Brasil foi o único país que auferiu ganhos constantes nesse pilar nos últimos três anos considerados. Os ganhos de posição chinês no referido pilar também são consideráveis. O país, que ocupou a 37ª posição no ano de 2009, ocupa, em 2010, a 28ª posição – aproximando-se rapidamente do desempenho brasileiro.

18

A competitividade da América Latina em 2010

América Latina continua com seu desempenho abaixo da média, com parcela considerável de seus países localizados nas 20 últimas posições do Relatório. Diferentemente dessa tendência está o Chile, que tem o primeiro lugar relativo na região (país mais competitivo da América Latina) e ocupa no Relatório geral a 28ª posição. Logo atrás está o Brasil, com a 38ª posição, seguido do Peru, que ficou no 41º lugar. O pior posicionamento regional continua com a Venezuela, que, além do último lugar dentre as nações latino-americanas, também ocupa a última posição no Relatório geral (58ª).

Nesses movimentos também é interessante o distanciamento relativo do Brasil em relação ao México. O Brasil, numa perspectiva regional, ganha posições relativas ano a ano. Em 2008, ocupou o quarto lugar; em 2009, o terceiro e, em 2010, o segundo. Na contrapartida, o México, que é comparado ao Brasil por suas potencialidades econômicas e tamanho, vem perdendo posições regionais – da quarta posição ocupada no ano de 2009, caiu para a quinta posição no ano de 2010.

TABELA 4
A América Latina no WCY 2010

	Overall performance		
	2010	2009	2008
Brasil	38	40	43
Argentina	55	55	52
Chile	28	25	26
Colômbia	45	51	41
México	47	46	50
Peru	41	37	35
Venezuela	59	57	55

Fonte: IMD, 2010.

Apesar dos bons resultados da performance econômica brasileira, essa não está tão positiva quando comparada com a dos demais países latino-americanos. O primeiro lugar nesse pilar está com o México, que ocupou a 25ª posição no ranking geral, seguido de Chile (26ª) e Peru (28ª). O Brasil representou o sexto lugar no referido lugar dentre as nações latino-americanas, perdendo apenas para o desempenho da economia venezuelana (58ª posição). O alto desempenho macroeconômico da região, para a maioria dos países, está muito relacionado às políticas regionalmente implementadas com o apoio e a orientação do FMI na década de 90.

Para o pilar eficiência do governo, a América Latina apresenta um movimento errático, sem tendências regionais. Apesar da constante perda de desempenho no referido pilar, o Chile (que caiu de nona posição em 2008 para a 14ª em 2010) lidera a listagem regional. Com ampla diferença de posicionamentos, o segundo lugar no que tange ao desempenho das eficiências dos governos é o Peru (35ª posição, com ganho de seis posições no ano de 2010), seguido da Colômbia (38ª posição no ranking geral). O Brasil localiza-se na quinta posição (52ª posição no ranking geral), à frente da Argentina (57ª) e da Venezuela (58ª). Em comparação com o México, economicamente o país mais próximo do Brasil, o desempenho do Brasil para o citado pilar mostrou-se mais estável ao longo dos anos. Apesar de o México ocupar a 46ª posição no ranking geral, esse vem apresentando perdas competitivas constantes para tal quesito. Em contraste, o Brasil apresentou-se nos últimos anos mais estável e com tendência à melhora dos seus posicionamentos. Ainda quanto ao desempenho regional, é importante perceber que o desempenho do governo de todos os países latino-americanos não recuperou seus níveis de eficiência do período pré-crise. Porém, se compararmos os anos de 2009 e 2010, Peru e Colômbia tiveram ganhos significativos de eficiência (seis e nove posições respectivamente).

TABELA 5
A América Latina no WCY 2010 – análise dos pilares

	Economic Performance			Eficiência do Gov		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Brasil	37	31	41	52	52	51
Argentina	32	29	37	57	57	54
Chile	26	35	43	14	13	9
Colômbia	35	50	46	38	47	35
México	25	28	33	46	45	40
Peru	28	22	14	35	41	32
Venezuela	58	57	54	58	55	55

	Ef. dos Negócios			Infraestrutura		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Brasil	24	27	29	49	46	50
Argentina	52	57	54	47	47	47
Chile	21	14	22	44	36	38
Colômbia	39	40	39	53	51	44
México	51	46	55	50	50	54
Peru	42	33	30	57	49	52
Venezuela	55	51	53	58	52	51

Fonte: IMD, 2010.

O pilar eficiência dos negócios também apresenta um movimento, ou distribuição das posições, bastante disperso. De um lado, mais uma vez, Chile ocupa o primeiro lugar regional com a 21ª posição no ranking geral. Seguido do Brasil, 24º lugar, que parece estar se aproximando cada vez mais do primeiro lugar. Por outro lado, o desempenho dos negócios médio dos latino-americanos é puxado para baixo pelo desempenho de países como Venezuela, Argentina e México, que ocupam posições inferiores não somente no ranking regional, mas também no ranking geral – 55ª, 52ª e 51ª posições, respectivamente. De uma forma geral, não houve grandes saltos de posições entre os países listados nos últimos três anos.

A oferta de infraestrutura é historicamente o pilar de pior desempenho geral dos latino-americanos. Bastante comprimidos entre os 15 últimos lugares no ranking geral, o melhor desempenho da oferta de infraestrutura dentre esses países está com o Chile, que, no estudo, ocupou o 44º lugar. O Brasil ocupa a terceira posição, 49º lugar, estando atrás da Argentina (47º lugar geral). Nesse pilar, o México está bem atrás do Brasil, tanto em termos regionais quanto no ranking geral – 50ª posição.

Seria o Brasil um país estável?

Com ganhos de posições contínuos desde 2007, o Brasil recupera-se no ranking e passa a ocupar a 38ª posição no ranking geral. O PIB brasileiro também se destacou no ano de 2010, quando passou a assumir a oitava posição dentre as 58 economias analisadas – em contraposição à décima posição ocupada no ano anterior. Apesar do bom momento macroeconômico, o Relatório demonstra preocupações relacionadas à perda de posição competitiva no comércio internacional, à retração das multinacionais brasileiras e ao baixo nível do investimento estrangeiro em 2009. Mesmo assim, apesar da crise mundial, a economia brasileira manteve-se aquecida (com os gastos das famílias, que representaram mais de US\$986 bilhões). Apesar dos rumores de elevação, a inflação brasileira também se manteve controlada, tendo fechado o ano de 2008 em 5,6% e o ano de 2009 em 4,9%.

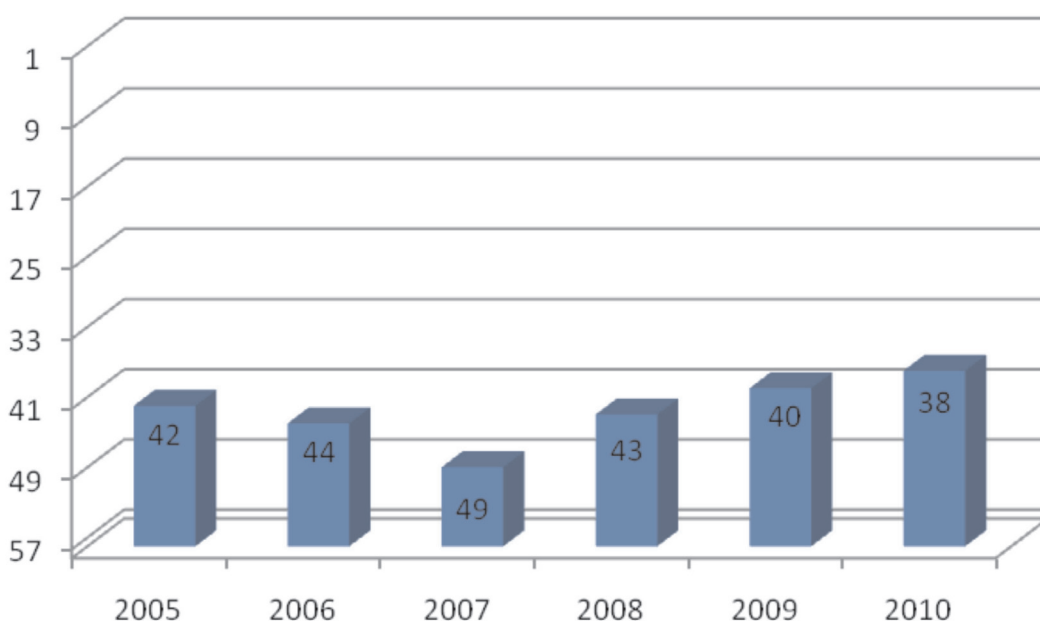


Gráfico 2: O Brasil no *World Competitiveness Yearbook*
Fonte: IMD, 2010.

Em 2010, a 38ª posição ocupada pelo Brasil o coloca à frente de nações como Itália (40ª), Grécia (46ª), México (47ª) e Argentina (55ª). O ganho de posições contínuo desde 2007 e as mudanças da plataforma competitiva pelas quais o país passou fizeram com que o Brasil superasse a posição ocupada no ano de 2005 e sinalizasse, para os estudiosos do tema, a mudança de sua trajetória. Tendo o Brasil superado a crise financeira de 2008, mantido a sua macroeconomia estável com padrões de desenvolvimento econômico e social acima do vivenciado pelo país em anos predecessores e os altos investimentos do

governo em áreas antes críticas (como infraestrutura e educação), tudo isso nos faz pensar em um momento de estabilidade para o país. Mas seria real acreditar na estabilidade do desenvolvimento competitivo no Brasil?

Numa análise dos seis últimos anos do Relatório, e baseando essa nos pilares essenciais da competitividade considerados pelo *World Competitiveness Yearbook* – WCY –, a trajetória competitiva do Brasil continua a mesma. Isso quer dizer que os ganhos competitivos no ranking geral estão muito mais relacionados aos movimentos da eficiência dos negócios do país (que possui o melhor desempenho médio quando comparado aos demais pilares) e à melhoria da performance econômica (que teve incrementos de desempenho consideráveis nos últimos anos) do que aos fatores eficiência do governo e infraestrutura. Historicamente, apesar das melhorias observadas no mesmo, o governo tem ocupado continuamente as dez últimas posições do ranking – fato esse que prejudica, e muito, o desempenho geral do país. Como já ressaltado em outros relatórios, considerando-se que o escore geral do país é resultado de um somatório do desempenho dos demais pilares, caso o país conseguisse mudar a trajetória de sua eficiência do setor público, o desempenho geral do país mudaria consideravelmente.

Entretanto, apesar de ainda não ter sido captado pelo Relatório, os últimos anos mostraram avanços na administração pública do país. O Banco Central e o Ministério da Fazenda agiram com a rapidez necessária para combater a crise. O primeiro atacando o capital especulador, praticando o chamado *Dirty Floating*, ou seja, vender e comprar dólares no mercado de câmbio para controlar o preço manipulando a oferta e demanda de dólares. O Ministério da Fazenda, por outro lado, agiu rapidamente, desonerando vários produtos estratégicos da economia brasileira, como automóveis e eletrodomésticos. Além disso, o BNDES ampliou consideravelmente sua linha de crédito às empresas a juros mais baixos, com o Programa de Sustentação do Investimento – PSI –, que emprestou mais de 200 bilhões de reais para fins de investimento. No entanto, apesar de efetivas, essas ações foram reações ao ambiente externo, e não mudanças na forma de ação governamental.

Aspecto interessante a ser observado na eficiência governamental é a melhora da coordenação do governo atingida através de programas como o PAC e a PDP. Além disso, o governo também tem se mostrado preocupado com o desenvolvimento de longo prazo do país, algo que era pouco falado nos governos anteriores. Essa visão pode ser vista na Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP –, política industrial voltada para o desenvolvimento e a manutenção do ciclo de crescimento brasileiro no longo prazo. Entretanto, segundo o economista Nouriel Roubini salientou, em entrevista para o *Valor Econômico*, o governo Lula acertou ao adotar políticas macroeconômicas e financeiras sensatas, mas falhou em perseguir as reformas. Essa tarefa ficará a cargo do próximo presidente. Atacar a questão do tamanho do governo, reduzir e simplificar a carga tributária e investir em infraestrutura e educação são pontos que precisam ser enfrentados pelo país. Vale ressaltar que as reformas necessárias para diminuir a carga tributária e a burocracia são condições fundamentais para o país diminuir a percentagem de sua economia informal, que, segundo dados da FGV publicados em julho de 2010, gira em torno de 18,4% do PIB, maior que o PIB da Argentina, por exemplo.

TABELA 6
O Brasil no *World Competitiveness Yearbook* – 2005 a 2010

Brasil	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Overall performance	42	44	49	43	40	38
Economic performance	31	38	47	41	31	37
Eficiência do Gov	48	51	54	51	52	52
Eficiência dos negócios	28	35	40	29	27	24
Infraestrututa	44	46	49	50	45	49

Fonte: IMD, 2010.

Voltando ao Relatório, como se pode observar na TAB. 1, o Brasil teve perdas consideráveis de sua capacidade competitiva entre os anos de 2005 e 2007. Nesses anos de queda dos padrões competitivos, as grandes perdas pareciam muito relacionadas às perdas de desempenho dos pilares performance econômica (que chegou a ocupar a 47ª posição em 2007) e eficiência dos negócios (que caiu da 28ª posição para a 40ª). As mudanças vividas pelo país, a recuperação da macroeconomia, a resiliência do país aos movimentos internacionais e os ganhos no padrão de produtividade fizeram com que, numa trajetória quase contínua, o país voltasse a ocupar posições superiores. Em 2010, o Brasil ocupou a 24ª posição no pilar eficiência dos negócios, com ganho de três posições, estando à frente de nações como Alemanha (25ª posição), Reino Unido (26ª) e China (28ª). No caminho oposto, a eficiência do governo, que manteve a sua posição de 52º lugar, coloca o país dentre as piores posições do mundo, perdendo somente para nações como Venezuela (58º lugar), Argentina (57º) e Grécia (54º). De uma forma geral, apresentou perdas de posições competitivas os pilares performance econômica (perda de seis posições) e infraestrutura (perda de três posições). Do outro lado, eficiência dos negócios apresentou um leve incremento de seus padrões competitivos, com ganhos de três posições.

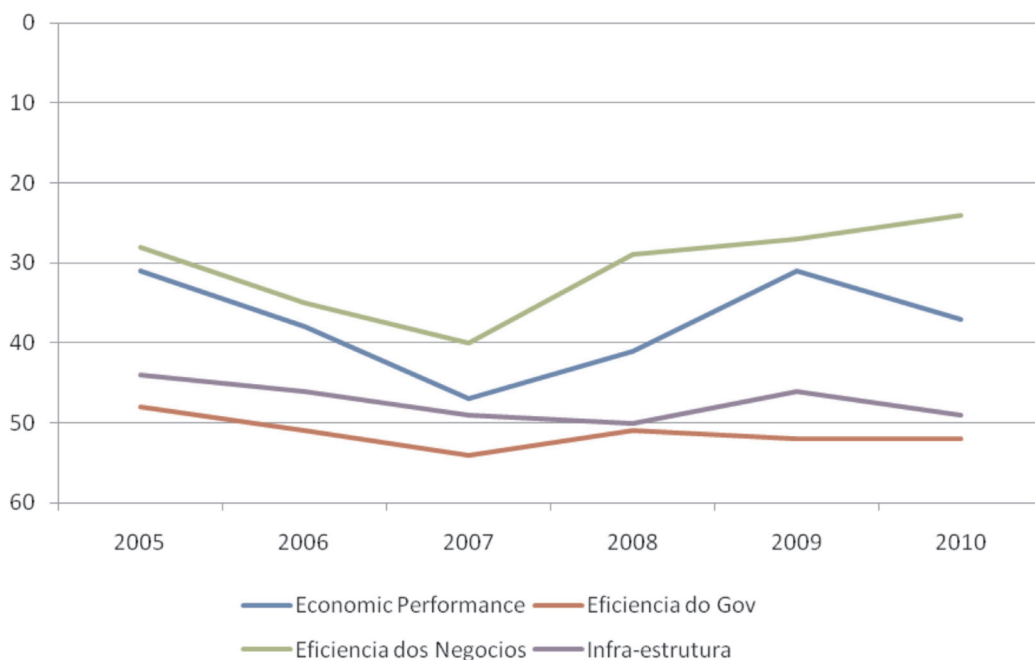


Gráfico 3: O Brasil e os pilares da competitividade segundo dados do WCY – 2005 a 2010

Fonte: IMD, 2010.

Frente à crise econômica mundial do ano de 2008, e que espalhou os seus efeitos ao longo de todo o ano de 2009, o Brasil foi um dos países que menos sofreu – o que não significa que o país saiu ileso do processo. A efetividade das políticas adotadas pelo Banco Central em consonância com o Ministério da Fazenda conseguiu conter as pressões inflacionárias, a fuga de divisas e o desaquecimento da economia. Mesmo assim, o desempenho do pilar de performance econômica foi de alguma forma atingido pelos efeitos da crise. Vale ressaltar que o Relatório de 2010 é baseado nos dados estatísticos do país do ano de 2009 e com os dados de opinião coletados no início de ano de 2010. Assim, todo e qualquer efeito que a crise financeira internacional de 2008/2009 que tenha atingido o desempenho de alguma variável em 2009 somente neste ano é que poderá ser captado pelo indicador.

No que tange à performance econômica, o pilar perdeu sete posições em comparação com o ano passado (37º lugar). Os fatores que mais influenciaram essa queda foram as perdas nos quesitos comércio internacional (sete posições, ocupando o 57º lugar) e investimento internacional (perda de 22 posições – 42º). A inserção ineficiente do Brasil no comércio internacional (principalmente quando relacionada com seu PIB), o baixo volume das exportações de serviços e a queda no montante de investimentos estrangeiros movimentados no país foram apresentados como os fatores mais negativos do pilar. Como destaque positivo, o ganho de posições no quesito emprego (que saltou da 42ª posição para a 16ª). Esse ganho extraordinário deve-se a dois fatores prioritariamente. O primeiro deles trata do momento econômico vivido no país, com aquecimento da economia doméstica e consequente maior geração de emprego. Do outro lado, esse posicionamento, como uma representação relativa da qualidade do emprego nas instituições brasileiras, também sinaliza a piora generalizada observada nos

países que até o ano passado apresentavam desempenhos superiores aos brasileiros, como observado em algumas nações europeias. Também em performance econômica, observou-se a perda de cinco posições pelo quesito economia doméstica. Apesar de o país viver um momento de estabilidade, houve pequenas quedas na formação bruta de capital fixo e no consumo do governo, o que, de uma forma geral, impactou negativamente na formação desse indicador.

Para entender melhor, é necessário considerar três fatores importantes. Em primeiro lugar, em consequência da crise econômica de 2008/2009, a exportação brasileira retraiu consideravelmente em 2009 (caindo de US\$197 bi para US\$152 bi). Na mesma direção, as importações também retraíram consideravelmente (de US\$226 bi para US\$177 bi). Além disso, as flutuações dos preços das *commodities* nos mercados internacionais, e levando-se em conta que a pauta de exportação brasileira é grandemente baseada nesse produto, também impactaram negativamente o quesito comércio internacional. Em segundo lugar, a queda no quesito investimentos internacionais já era previsível, dado o contexto de crise, como anteriormente mencionado. A retração dos fluxos de investimentos não deve ser entendida como um momento vivenciado pelo Brasil, mas sim como uma reação de escala mundial, dados os elevados riscos que as economias ofereciam para os investimentos internacionais no ano passado. No caso do Brasil, as retrações dos investimentos representaram uma queda de mais de US\$20 bilhões de dólares. Os fluxos de investimento que chegaram ao país no ano de 2008 somaram mais de US\$45 bi. Já em 2009, esse número retraiu consideravelmente, tendo registrado montantes da ordem de US\$25 bi. As emissões brasileiras de investimentos no exterior também apresentaram queda brusca frente ao cenário de crise. Em 2008, o país emitiu mais de US\$20 bilhões de dólares em investimentos no exterior. Na contramão, no cenário de crise, esse montante retraiu a valores negativos, chegando a -US\$10 bilhões. A análise desses dois quesitos é muito delicada num cenário pós-crise. Medir quanto o Brasil efetivamente perdeu competitividade nesses quesitos e quanto desse movimento é explicado pelas sazonalidades de um período pós-crise é muito delicado. Porém, dados os movimentos dos demais países observados neste estudo, pode-se inferir, com certo grau de confiança, que a estabilidade desses fatores tenderá à normalidade do período pré-crise no médio prazo.

O terceiro fator que merece atenção no pilar performance econômica é o ganho de 26 posições no quesito emprego. O fator mais positivo para o país no ano de 2010 está alicerçado na continuidade do crescimento do emprego no ano de 2009 e com previsões positivas em 2010. No primeiro trimestre de 2010, por exemplo, o desemprego no Brasil foi de 7,3%, o menor índice da série histórica que começou em 2002. Em 2009, mesmo num cenário de retração das economias internacionais, a economia brasileira manteve-se aquecida e os investimentos o governo mantiveram-se conforme planejado. Com isso, o emprego aumentou, saltou de mais de 83 milhões de pessoas formalmente empregadas para 84,49 milhões – mantendo uma taxa de crescimento considerável para o momento de 1,14%. Para 2010, a expectativa é de que sejam criados mais 2 milhões de postos de trabalho formais¹ e, segundo Marcio Pochmann, presidente do Ipea, o aumento da capacidade instalada da indústria e o ingresso de novos consumidores no comércio (dada a mudança contínua de padrão de renda que o país vem vivendo) tendem a aumentar ainda mais as expectativas de criação de novos postos de trabalho. De acordo com previsões do ministro Mantega, o Brasil deve crescer entre 6,5% e 7% em 2010, sendo

¹ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u671407.shtml>.

superado apenas pela China. Se isso se confirmar, será o maior crescimento desde 1986 e o maior crescimento *per capita* em 30 anos.

Claro que, para níveis de crescimento como esse, existe inflação inerente ao processo. O governo colocou a meta em 4,5% com 2% para mais ou menos. De acordo com o ministro da Fazenda, a inflação ficará próxima de 5%, com alguns setores sofrendo maior aumento que outros, como a construção civil, que, além de se beneficiar com grandes programas de habitação e infraestrutura do governo, conta com o aumento de crédito e do poder aquisitivo das classes C e D.

TABELA 7
A performance econômica e a eficiência do governo no Brasil – 2007 a 2010

	2007	2008	2009	2010
Performance econômica	47	41	31	37
Economia doméstica	48	32	14	19
International trade	49	50	50	57
Investimento internacional	32	36	20	42
Emprego	33	40	42	16
Preços	39	23	38	39

	2007	2008	2009	2010
Eficiência do Gov	54	51	52	52
Finanças públicas	47	50	29	29
Fiscal policy	40	36	37	37
Institucional framework	54	53	57	54
Business legislation	50	46	54	55
Societal framework	39	29	31	35

Fonte: IMD, 2010.

No que tange à eficiência do governo, num momento de crise, a manutenção da posição de 52º lugar pode ser positivamente observada. Fatores como finanças públicas (29ª) e política fiscal (37ª) mantiveram suas posições do ano anterior e não sinalizaram consideráveis mudanças. Já marco regulatório (ganho de três posições – 54º lugar) e legislação dos negócios (perda de uma posição – 55º lugar) continuam sendo os fatores que mais puxam para baixo o desempenho do pilar. Chamam a atenção a variável subsídios governamentais, que passou a ocupar no ano de 2010 a sexta posição no ranking (ganho de seis posições). Em termos dos dados *hard*, o Brasil, que liberava para a economia 0,38% do seu PIB no formato de subsídios, passou a liberar no ano de 2009 um percentual de 0,20%. Isso nos faz acreditar que, na verdade, não se trata de um incremento dos subsídios brasileiros, mas, possivelmente, uma consequência da retração dos subsídios no mundo todo, fazendo com que o pequeno percentual do Brasil tenha relevância no contexto deste estudo – que trata de posições relativas.

As fraquezas do pilar mantiveram-se as mesmas: barreiras tarifárias à importação, as dificuldades de se abrir um negócio, o *spread* bancário. Vale ressaltar que esses fatores ocupam os últimos lugares dos rankings. Pouco se tem a discutir sobre eles. Historicamente de desempenho competitivo ruim, ainda não foram observados movimentos concretos das autoridades no sentido de melhoria ou mudança. Isso compromete não somente o desempenho competitivo do país no Relatório, mas também o longo prazo e o desenvolvimento da nação.

Apesar da manutenção da posição nos fatores finanças públicas e política fiscal, esses são os de melhor desempenho no pilar. Além disso, ainda se conta com uma melhora significativa do déficit orçamentário do país, principalmente num cenário de crise, que saltou de -2,37% para -1,35% do PIB. Outros dados positivos que sinalizam uma ação positiva do governo no sentido de aumento de sua eficiência é o controle dos níveis de endividamento do governo central (dívida doméstica e estrangeira) – que se mantiveram nos patamares de 43% e 4% do PIB, respectivamente. Os gastos do governo geral também sinalizaram estabilidade no ano de 2009, com crescimento suave, normal para uma economia aquecida. Esse pilar saltou de 34,1% do PIB em 2007 para 35,2% em 2008. No contramão dos movimentos positivos do governo, e contrariando a queda observada nos anos de 2006 e 2007, os impostos totais coletados pelo governo (como percentual do PIB) voltaram a crescer e passaram a representar 31,98% do PIB – contra os 28,30% observados no ano imediatamente anterior.

TABELA 8
Eficiência dos negócios e infraestrutura no Brasil – 2007 a 2010

	2007	2008	2009	2010
Eficiência dos negócios	40	29	27	24
Produtividade e eficiência	53	27	34	28
Mercado de trabalho	44	47	47	33
Finanças	41	32	31	24
Práticas gerenciais	31	23	12	22
Atitudes e valores	29	18	18	16

45	2007	2008	2009	2010
51Infraestrutura44	49	50	46	49
Básica	45	51	46	48
Tecnológica	51	50	55	53
Científica	44	49	41	36
Saúde e meio-ambiente	45	42	37	40
Educação49	48	48	51	53

Fonte: IMD, 2010.

O pilar eficiência dos negócios continua sendo o fator de melhor desempenho do país, e um

dos principais responsáveis pelo padrão competitivo do mesmo. Em 2010, o pilar ocupa o 24º lugar, com ganho de três posições, e alcança quatro anos de consecutivas melhorias. Com uma melhora generalizada dos posicionamentos dos quesitos, destacaram-se a melhora significativa da posição do Brasil no aspecto disponibilidade de crédito (melhora do escore de 3,11 para 4,62) e uma redução dos custos de capital nacional (melhora do escore de 1,85 para 2,52). Houve um ganho significativo na produtividade e eficiência das empresas (ganho de seis posições – 28º lugar) e na qualidade do mercado de trabalho (ganho de 14 posições – 33º) e em finanças (ganho de sete posições – 24º).

A produtividade continua sendo um fator competitivo importante para o país. Com ganho de seis posições no ano de 2010, a mudança do patamar produtivo do país ocorrida em 2007 (com um crescimento da produtividade real em 12,99%) manteve-se em 2008 – com uma taxa de crescimento menor, porém sem um declínio do nível médio. Isso sinaliza uma real mudança da plataforma produtiva brasileira em direção a uma maior eficiência dos seus meios produtivos. Ainda é interessante ressaltar que desde 2004 os ganhos dessa variável têm sido constantes.

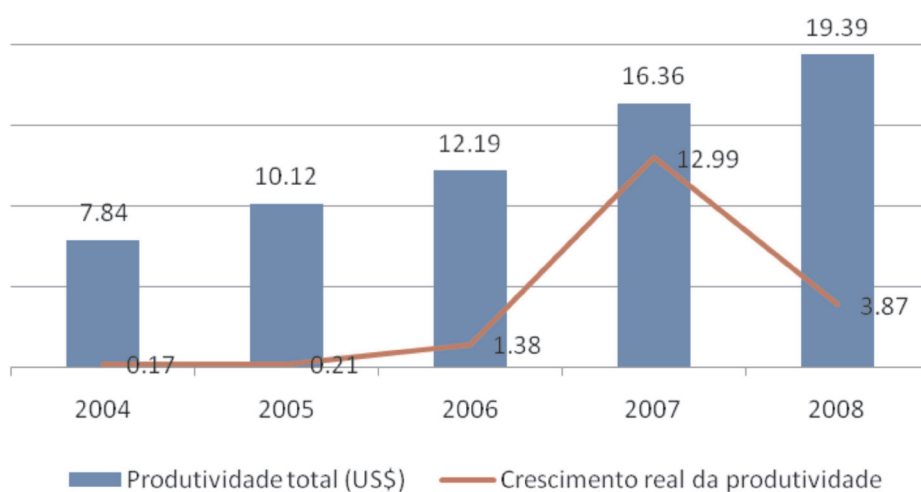


Gráfico 4: Produtividade geral do Brasil – 2004 a 2008

Fonte: IMD, 2010.

O mercado de trabalho, com ganhos de 14 posições, mostra a importância geral que a variável emprego teve para o Relatório. O país melhorou não somente na oferta de novos postos de trabalho, mas também nas condições do seu mercado de trabalho². Segundo dados do *Valor Econômico* de abril de 2010, o mercado de trabalho mudou estruturalmente o seu patamar. Segundo dados da PME, a taxa de desemprego no Brasil, em fevereiro deste ano, ficou em 7,1% – a mais baixa desde 2001. O bom momento, para os analistas do Dieese, está relacionado ao crescimento recente da economia. Principalmente quando se considera o fato de que esse crescimento se deu com mais força em setores ligados ao mercado interno, como serviços, comércio e construção civil. Segundo o Dieese, esses são segmentos que empregam um número considerável de pessoas e essas mesmas

² <https://conteudoclipppingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2010/4/6/crescimento-consolida-indice-de-desemprego-em-nivel-mais-baixo/>.

vagas tendem a ser formais, com carteira assinada. Apesar de extremamente positivo para o país, esse movimento pode gerar pressões inflacionárias consideráveis, como já ocorrendo. As medidas contracionistas do governo, via aumento da taxa de juros básica como meio de conter a inflação deve ser cautelosamente considerada. Apesar de esse instrumento ser efetivo no controle da inflação, esse também serve de fator de restrição dos investimentos das empresas no mercado – fato que pode reprimir esse movimento tão positivo do mercado de trabalho, dada a queda de investimentos. Apesar de todos os movimentos positivos do mercado de trabalho, ainda se deve ter especial atenção com a qualidade da mão de obra ofertada. Apontada pelos executivos (dados *soft*) como fato ainda crítico no país (55ª posição), a falta de habilidades específicas da mão de obra brasileira é sentida especialmente no setor de construção civil.

O quesito que mais perdeu posições foi práticas gerenciais (com perdas significativas de dez posições), que ocupou em 2010 o 22º lugar, contra a 12ª posição que ocupava no ano anterior. Apesar da perda de posições, o Brasil ainda ocupa ótimas posições em fatores-chave para o desenvolvimento empresarial, como a capacidade das empresas em se adaptar às mudanças de mercado (oitavo lugar) e a adaptabilidade e flexibilidade da população geral frente aos desafios (quarto lugar). Entretanto, o Brasil perdeu 27 posições, indo da terceira para a 30ª (com base em *survey*). Além desses, destaca-se a perda de 13 posições em responsabilidade social (agora na posição 32), dez posições em credibilidade dos executivos e nove em conselhos de gestão (se esses supervisionam os gestores de forma efetiva), ocupando as 19ª e a 23ª posições, respectivamente.

No que tange à Infraestrutura, o Brasil perdeu três posições, e ocupou no Relatório a 49ª posição no ano de 2010. Nessa perda, infraestrutura básica (-2 posições), científica (+5) e tecnológica (+2) pouco influenciou. Com posicionamentos praticamente constantes, os indicadores desses três quesitos apresentaram uma evolução normal, com crescimento razoável de seus principais indicadores (como investimento em P&D). Por outro lado, os vilões do pilar estão concentrados em saúde (perda de três posições – 40º) e educação (perda de duas posições – 53º) – apesar de a variação ter sido relativamente pequena, a manutenção desses quesitos nos últimos quartis do Relatório influencia negativamente o seu desempenho como um todo. Apesar dos investimentos crescentes em saúde e educação, ainda não foi possível perceber alguma melhora nesses quesitos. Provavelmente, isso acontece devido a certa defasagem entre gastos e resultados. No caso da saúde, por exemplo, o Brasil ocupa a posição 23 em gasto total em saúde, mas apenas a posição 52 em assistência médica (número de médicos e enfermeiras por habitante). Isso pode ser devido à defasagem de tempo natural entre investimento e resultado ou a um mau direcionamento dos recursos.

O subfator educação merece ser tratado com mais cuidado, principalmente pelo momento “demográfico” no qual o país se encontra. Segundo reportagem da *Época Negócios*³, a nova estrutura demográfica brasileira é fruto de um recuo das taxas de fecundidade em um ritmo mais acelerado do que o da mortalidade infantil. Em apenas duas décadas, as brasileiras reduziram pela metade o número de filhos. O IBGE projetava que a média de dois fosse atingida apenas em 2016, em vez de 2005, como ocorreu. A queda na quantidade de crianças permitiu que a população em idade produtiva ultrapassasse com

³ <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI125292-16642,00-ESTAMOS+BEM+NA+FOTO.html>.

folga a de inativos. Esse é o retrato ideal da população capaz de impulsionar o crescimento econômico – um bônus para o país. Bônus demográfico ou, em inglês, *demographic dividend*, foi a expressão cunhada por David Bloom, economista e demógrafo americano. Hoje, 67 de cada 100 brasileiros estão em idade produtiva. Eram 58 em 1980. Já as crianças e adolescentes, que antes eram 38 de cada 100 brasileiros, são hoje 26 de cada 100. A boa notícia é que essa janela de oportunidade deve perdurar nas próximas quatro décadas. As projeções do IBGE apontam uma intensificação dessa tendência. O grupo com até 14 anos responderá por apenas 17% da população em 2030. Os brasileiros em idade produtiva irão perfazer 70% do total. Os idosos ganharão importância, chegando a 13%. A tendência é que o pessoal em idade produtiva vá perdendo espaço para os idosos. A janela trazida pelo bônus demográfico começará a ficar menor, mas só se fechará em 2050. Bloom, diretor do Departamento de Estudos sobre Saúde e População da Harvard School of Public Health, explica por que o momento demográfico é tão especial.

Com mais pessoas trabalhando, menos crianças e uma quantidade ainda reduzida de idosos, mudanças benéficas para o crescimento econômico tendem a acontecer. Se as pessoas têm menos filhos, passam a poupar mais. Ao elevar o nível da poupança, o país acumula capital para financiar investimentos. Os pais também podem, em vez de poupar, optar por aumentar os gastos da família, tanto com a educação dos filhos como com o consumo de novos bens e serviços. Mas é importante fixar que, por si, a mudança da estrutura populacional tem efeito limitado. Por isso, o Estado exerce papel fundamental no momento do bônus demográfico. Para que se converta em benefícios reais, deve ser turbinado por políticas de educação e emprego. As pessoas devem estar qualificadas e treinadas para encarar o mercado de trabalho. Se isso não ocorrer, há o risco de o bônus levar a uma explosão do desemprego. Imagine um contingente enorme de pessoas em idade produtiva, mas sem emprego. Para aproveitar o bônus, portanto, o país deve investir muito em educação. Parte do dever de casa já foi feita com a política de universalização do ensino do governo FHC. Atualmente, 88,5% das crianças entre 8 e 9 anos estão alfabetizadas. Há 30 anos, apenas 53% delas sabiam ler e escrever. Também estamos estudando mais. Os brasileiros acima de 25 anos dedicam, em média, sete anos de sua vida aos estudos. Em 1980, a maioria passava apenas quatro anos nos bancos escolares. A quantidade de pessoas com nível superior, porém, ainda é pequena – apenas 3% da população concluíram uma faculdade. Além disso, não houve evolução consistente de qualidade. Na mais recente avaliação internacional da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE –, os estudantes brasileiros ocuparam a 53ª colocação nos testes de matemática, entre colegas de 57 países. Nas provas de leitura, ficaram na 48ª posição.

O crescimento de cinco posições do quesito infraestrutura científica coloca esse fator como o de melhor desempenho no pilar – 36ª posição. Apesar de o número de profissionais dedicados à atividade científica pouco ter se alterado nos últimos dois anos (de 373,2 mil profissionais em 2007 para 397,7 mil em 2008) os investimentos no setor aumentaram positivamente. O desempenho dos investimentos ainda está aquém do ideal para um país do porte econômico do Brasil, mas sinalizam intenções de crescimento. O total gasto em P&D no Brasil somou mais de 17 milhões de dólares em 2008, contra US\$14,7 milhões gastos em 2007 – um crescimento de mais de 20%.

Apesar das medidas recentes tomadas pelo governo, ainda se encontram projeções de alta inflacionária para 2010. Fato que merece cuidado e atenção num cenário de pós-crise mundial. Com direcionamentos no sentido de controlar os gastos públicos e aumentar

a taxa de juros, o cuidado do governo e dos formuladores de políticas deve ir além dos fatores inflacionários. Deve conter direcionamentos para o aumento do investimento na produção, para um incremento da atratividade dos investimentos estrangeiros e para um aumento das exportações. A questão vai além do controle. Trata do controle que não impeça o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Conclusões

Longas análises competitivas surgiram no mundo após a tão comentada crise econômica mundial. Muitos países perderam competitividade, outros ganharam e alguns ainda reconstróem suas plataformas competitivas. O WCY 2010 sinaliza para novos tempos. Tempos em que a ordem econômica – e consequentemente competitiva – parece voltar para os eixos. Apesar dos movimentos bruscos (de perda ou ganho) de algumas nações ainda captadas pelo estudo, o WCY parece recuperar a sua capacidade de entender e avaliar a competitividade das nações.

Essa conclusão pretende ir além dos dados e fatos já extensamente abordados nas seções anteriores. Aqui se intenciona falar de futuro. Para o mundo, apesar de a ordem financeira e, em alguns lugares, econômica ter se restabelecido, o momento ainda é de reflexão. Seriam as bases ortodoxas ainda referência para a condução da economia mundial? A resposta pode ser controversa.

Países como os PIIGS enfrentam sérios problemas pela ausência de controle fiscal e pelo aumento exagerado dos gastos públicos. Já Taiwan apresenta-se como um exemplo que vai no sentido oposto – a solução para a crise estava justamente na expansão dos gastos do governo e no incremento dos investimentos do Estado. O caso brasileiro torna a questão ainda mais interessante. Num passado não distante, a crise econômica vivida pelo país, acompanhada de alta inflacionária e baixas taxas de crescimento do produto, foi solucionada pelas recomendações ortodoxas de controle fiscal e baixo investimento. Já no seu histórico recente, a solução para os potenciais problemas que a crise financeira poderia gerar estava justamente na ação forte do Estado, no investimento e nos gastos promovidos pelo governo. Esses exemplos sinalizam para a não existência de um modelo econômico único, de regras únicas para a economia.

A história sinaliza mais que isso, sinaliza para a importância da ponderação e do equilíbrio nas decisões econômicas e para o destacado papel que o agente governamental tem para o país. Independentemente da corrente defendida pelo governo, o seu papel como tomador de decisões é imprescindível para o sucesso de uma nação.

Falando de papel governamental, de políticas e de futuro, não se deve deixar de falar do futuro do Brasil. Especialmente num momento de ano eleitoral, esses três fatores parecem andar mais próximos do que nunca.

Para o Brasil, ano eleitoral é sempre a mesma coisa: uma grande corrida por alianças políticas. É também um momento de promessas... de muitas promessas do que poderá ser feito nos próximos quatro anos. Mas afinal, o que realmente interessa em ano eleitoral? Historicamente, o grande desafio do Brasil está na continuidade.

Analisando os dados do último Relatório de competitividade, os desafios do Brasil se apresentam em dois sentidos. O primeiro deles fala da continuidade dos bons projetos e políticas instaurados pelos governos anteriores. Isso engloba tanto a estabilidade

macroeconômica, consequência do governo FHC, quanto dos planos de desenvolvimentos deixados pelo governo Lula. O segundo desafio do país está no rompimento de algumas continuidades: falta de acesso a serviços adequados de saúde e educação, ausência de reforma tributária, ineficiência da burocracia estatal. O real desafio do próximo governo está em administrar as “continuidades”.

Do lado da boa continuidade, a estabilidade macroeconômica e os projetos de desenvolvimento social e de infraestrutura estão no topo da prioridade. É de suma importância para o país, e para a continuidade do seu desenvolvimento competitivo, que tais projetos consigam ter visão de longo prazo e continuidade intergovernamental. Um caso de sucesso da aliança entre governo, sociedade e setor privado foi a enfrentada pela economia no ano de 2008, e que espalhou os seus efeitos ao longo de todo o ano de 2009. A efetividade das políticas adotadas pelo Banco Central em consonância com o Ministério da Fazenda conseguiu conter as pressões inflacionárias, a fuga de divisas e o desaquecimento da economia. De outro lado, apesar da grande necessidade de continuidade para um real e efetivo desenvolvimento econômico e social, as políticas do PAC (que englobaram desde projetos para infraestrutura até planos de educação e saúde) ainda não atingiram o seu ápice de eficiência. Apesar dos investimentos crescentes em saúde e educação, ainda não foi possível perceber alguma melhora nesses quesitos. Provavelmente, isso acontece devido a certa defasagem entre gastos e resultados. No caso da saúde, por exemplo, o Brasil ocupa a posição 23 em total gasto em saúde (dentre as 58 econômicas analisadas), mas apenas a posição 52 em assistência médica (número de médicos e enfermeiras por habitante). Isso pode ser devido à defasagem de tempo natural entre investimento e resultado ou a um mau direcionamento dos recursos. Mais que dar continuidade aos bons projetos e ideias herdados do governo anterior, o futuro presidente deverá ter especial atenção aos problemas de gestão desses projetos.

Do lado da “má continuidade”, problemas históricos estão em pauta de discussão. As questões previdenciárias, de política fiscal, do marco regulatório e da legislação imposta aos negócios no país merecerão especial atenção por parte dos novos políticos e governos. Muitos desses fatores temporalmente desafiante aos governos brasileiros apontam para um mau posicionamento da eficiência do governo – 52º lugar dentre as 58 economias analisadas pelo WCY de 2010. Fatores como finanças públicas (29ª) e política fiscal (37ª) mantiveram suas posições do ano anterior e não sinalizaram consideráveis mudanças. Já o marco regulatório (ganho de três posições – 54º lugar) e legislação dos negócios (perda de uma posição – 55º lugar) continuam sendo os fatores que mais puxam para baixo o desempenho do pilar. As fraquezas do pilar mantiveram-se as mesmas: barreiras tarifárias à importação, as dificuldades de se abrir um negócio, o *spread* bancário. Pouco se tem a discutir sobre esses fatores. Historicamente de desempenho competitivo ruim, ainda não foram observados movimentos concretos das autoridades no sentido de melhoria ou mudança. Isso compromete não somente o desempenho competitivo do país no Relatório, mas ainda o longo prazo e o desenvolvimento da nação.

Frente a esse cenário, qual o nosso papel? Como eleitores, é de suma importância, e de grande relevância para o caráter civil do processo eleitoral, ampliarmos a consciência dos problemas e qualidades da nação no cenário atual. É relevante o entendimento do processo de formação econômica, social e política do país, para que tais informações possibilitem ao eleitor avaliar com maior clareza as propostas e incoerências dos candidatos. Tão importante quanto cobrar dos políticos a formação de planos e políticas que visem ao longo prazo e que se administrem “as continuidades” do país é o papel do eleitor quanto a sua própria visão de longo prazo.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL



DESENVOLVIMENTO DE EXECUTIVOS E EMPRESAS

CAMPUS ALOYSIO FARIA

Centro Alfa – Av. Princesa Diana, 760
Alphaville Lagoa dos Ingleses
34000-000 – Nova Lima (MG) – Brasil
Tel.: 55 (31) 3589-7200

UNIDADE BELO HORIZONTE

Rua Bernardo Guimarães, 3071
Santo Agostinho
30140-083 – Belo Horizonte (MG) – Brasil
Tel.: 55 (31) 3299-9700

UNIDADE SÃO PAULO

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1184
Vila Olímpia
04548-004 – São Paulo (SP) – Brasil
Tel.: 55 (11) 3513-4700

www.fdc.org.br

4005 9200 (Capitais)

0800 941 9200 (Demais Localidades)

INFORMAÇÕES

Stela Carvalho

Fone.: 55 31 3589-7413 – Fax: 55 31 3589-7402

stela@fdc.org.br

Faça uma visita virtual à FDC.

Acesse **www.fdc.org.br** e conheça
nossas instalações e programação..